

*A governança ambiental
nos planos de governo dos presidentiáveis nas eleições de 2014*

*Environmental governance
in the government plan of presidential elections in 2014*

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar como os programas de governo dos onze candidatos à Presidência da República às eleições de 2014 incorporam temas da agenda ambiental. O propósito é mapear como as temáticas ambientais são articuladas nos documentos e que aspectos são enfatizados, além das propostas políticas apresentadas e do perfil de governança defendido pelos presidentiáveis. O estudo pretende contribuir para a compreensão do processo político que levou a agenda ambiental a ser apropriada e incorporada pelos programas e bandeiras dos partidos políticos e seus candidatos. A escolha pelos presidentiáveis justifica-se pela força política do cargo ao qual concorrem e pela relevância da política ambiental no âmbito da União, como instância de planejamento, gestão e regulação das políticas públicas para o setor. Optou-se por todas as candidaturas e seus respectivos partidos para se contemplar as distintas visões e divisões do mercado político no que se refere às questões socioambientais na atualidade.

O período eleitoral é relevante por se tratar do momento em que, ao lançarem suas candidaturas, os partidos usam variadas estratégias para reforçar seu papel na mediação política e seu poder de palavra e de influência na esfera pública. Destacam-se as estratégias

1 É doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), docente e pesquisador no Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor). E-mail: <antonibarros@gmail.com>.

de publicidade política, entendidas como uma forma de propaganda das legendas a fim de consolidar seu poder discursivo e simbólico, nos termos de Bourdieu (1989). Os partidos funcionam, assim, como revitalizadores da mediação entre os cidadãos e as instituições partidárias. Desse ponto de vista, as legendas servem como mediadores entre a sociedade e o Estado, uma vez que organizam os termos da competição eleitoral. Durante a campanha, os candidatos tornam-se porta-voz do discurso das legendas, por meio do programa de governo. Essa provavelmente é uma das razões que explicam a ampla adesão dos partidos à defesa de argumentos e práticas relacionados à agenda socioambiental, com a inclusão dessa pauta nos planos de governo.

É oportuno ressaltar que essa agenda adquiriu projeção com a intensa midiaticização do tema, especialmente a partir da Cúpula da Terra (Rio 92), resultando em uma crescente visibilidade midiática (Barros, 2013). Da mesma forma, a política tornou-se um fenômeno progressivamente mediatizado, o que inclui a atuação dos partidos. Além dos *media* convencionais, Urbinati (2013a) destaca o papel da internet nesse processo de midiaticização, tornando-se um suporte sem precedentes para o atual estágio da democracia.

Cabe ressaltar que os candidatos estão vinculados a um partido político. O plano de governo tem o respaldo da legenda. Logo, justifica-se uma breve abordagem sobre as várias análises que enfatizam a crise da mediação política nas sociedades contemporâneas, representada, em boa parte, pela crise dos próprios partidos, o que resultou na chamada *desideologização* das agremiações (Panebianco, 1990). Outros autores ressaltam a baixa institucionalização partidária no Brasil, a fraca identificação com o eleitorado (Carreirão e Kinzo, 2004; Veiga, 2007) e uma tendência geral na diminuição da importância dos partidos políticos como instituições (Mainwaring, 2001; Maia, 2006; Baquero, 2000; Manin, 1995). As pesquisas realizadas nas últimas décadas no Brasil revelam um declínio na confiança do público em relação aos partidos (Moisés, 2005; Meneguello, 2000) e também no nível de filiação ou estabilidade nas preferências partidárias (Pereira, 2014). Segundo Manin (2013), os partidos deixaram

de ser sujeitos políticos com identidades definidas e passaram a ser apenas instrumentos dos eleitores, empregados a cada eleição, dependendo das circunstâncias políticas.

Por outro lado, pensadores políticos ressaltam que, apesar das redefinições frequentes, frutos das *crises e metamorfoses* da democracia (Urbinati, 2013a), os partidos políticos ainda conservam algumas características e funções que lhes são peculiares na esfera de pertinência da mediação política e das configurações associativas (Weber, 1999). Segundo Manin (2013), apesar de perderem força em várias áreas, os partidos continuam dominando a política parlamentar e as campanhas eleitorais em todos os países. Mesmo com a pluralidade de funções, interesses e desenhos institucionais, há um elemento que define por essência um partido político, ou seja, seu caráter de associação (Weber, 1999; Oppo, 2000), uma das causas de afirmação de seu poder. É por essa razão que, nos termos weberianos, o partido é antes de tudo uma associação no seio da comunidade política, independentemente de seus fins ou objetivos. Trata-se de uma associação dotada, por isso, de potencial de criação de capital social e político (Reis, 2010). A natureza da associação agenciada pelos partidos está intrinsecamente relacionada a uma formação que luta pela dominação, ou seja, o objetivo é assegurar um campo de exercício de influência e poder, seja pelos recursos econômicos obtidos, seja pela influência social ou pelo *poder de palavra*, a exemplo da campanha eleitoral.

Analisados pragmaticamente, os partidos são instituições que exercem três funções: a) do ponto de vista do eleitorado, simplificam as escolhas dos cidadãos, mobilizando-os para participar; b) do ponto de vista organizacional, ajudam a recrutar líderes; c) do ponto de vista governamental, participam da criação de maiorias, organizam o governo, principalmente no Legislativo, e organizam a oposição (Dalton e Watterberg, 2000). Os objetivos podem ser a busca de votos (para cargos), posições sobre políticas ou cargos no poder. Nesse quesito, Manin (2013) destaca que existe uma tendência de personalização política, pois as legendas contemporâneas fazem campanhas centradas nos candidatos e nas personalidades deles e dos líderes.

Para o autor, as siglas conseguiram se adaptar à tendência impulsionada pelos meios de comunicação de massa e, ainda que as eleições tenham se tornado personalizadas, elas continuam partidárias.

A metodologia do estudo consistiu na análise de conteúdo dos programas de governo, com o propósito de mapear de que forma as temáticas ecológicas são incorporadas a esses documentos. O levantamento foi realizado no período de agosto a setembro de 2014, durante a campanha eleitoral. Para tanto, foram consideradas as informações oficiais disponíveis no *website* dos partidos e coligações representados pelos onze candidatos. Antes da análise dos dados, apresentamos uma breve contextualização sobre o processo de adesão dos partidos à governança ambiental.

Como a agenda ambiental foi incorporada pela governança política

Nas primeiras décadas do século XX a ecologia² era tratada de forma episódica e fragmentada, mas com o passar do tempo, tornou-se um supertema da agenda social e cultural, especialmente após os anos de 1970, ao romper a lógica de assunto eventual da agenda pública para tornar-se problemática sociopolítica com abordagem continuada, complexa e recorrente (Guimarães, 1986). Segundo Ribeiro (2000, p. 158), esse processo deve ser analisado à luz de uma tentativa de *reeticização do capital*, “ao incorporar em seus cálculos a preocupação com as gerações futuras, o conceito de equidade intergerações, de caráter profundamente moral”. Desse modo, conforme a análise do mesmo autor, o ambientalismo assumiu a forma de um *metarrelato político*, uma espécie de *formulação universalista*, “que articula e neutraliza interesses divergentes no campo político” (*Ibid.*, p. 161). Se antes sua configuração era

2 Cabe esclarecer que o termo inicial utilizado para se referir ao pensamento verde era *ecologia*. Com o passar do tempo, passou-se a preferir *ambientalismo*. Conforme Pádua (1986), o sentido do primeiro situava-se mais no campo do meio natural, enquanto o segundo passou a englobar a cultura e a sociedade, ou seja, o meio construído socialmente. Em suma, no primeiro caso havia certa conotação de externalidade (mundo exterior), enquanto o segundo inclui o homem, a cultura, a sociedade. É nesta acepção que os dois conceitos são utilizados neste trabalho. A imprensa, contudo, consagrou o termo meio ambiente e o utiliza para indicar todas as diversidades de sentido, inclusive do ponto de vista político.

de uma *questão outsider*, a penetração difusa das ideias ecológicas na política e nas demais esferas da sociedade deu-lhe a dimensão de *questão estabelecida*, que conquistou posição central no debate político, conforme argumenta Ulrich Beck (1994, p. 268).

Antes de serem incorporadas aos programas de governo, as pautas ecológicas e ambientais passaram por uma longa e complexa trajetória de variados tipos de militantismo.³ Diversos ecologismos formaram-se antes de chamarem atenção dos partidos políticos (Barros e Sousa, 2010). Cada vertente possui a sua própria identidade, visto que cada uma delas constitui um campo particular de disputas, com sua natureza própria, seus interesses, suas lógicas e estratégias. O reconhecimento de tal pluralidade é indispensável para evitar o equívoco do pressuposto de um pensamento ecológico único e monolítico (Barros, 2012). Apesar da diversidade de concepções, há um escopo político geral que reúne referentes simbólicos comuns que levaram o pensamento ambiental a se tornar um movimento planetário,⁴ com ampla visibilidade.

Um dos eixos da discussão contemporânea é o socioambientalismo (Alonso e Costa, 2002), derivado de duas perspectivas teóricas: a modernização ecológica⁵ (Buttel, 2000; Catton e Dunlap, 1980) e a modernização reflexiva⁶ (Beck, 1994). Aliás, é oportuno salientar que a conotação política foi acentuada com o debate sobre as questões de risco (Borraz, 2014) e a ampla inserção da perspectiva dos conflitos ambientais nas arenas de controvérsias públicas (Fleury, Almeida e Premevida, 2014). Tais controvérsias contribuíram muito para a constituição de uma agenda política em nível

3 Para uma visão mais detalhada dessa trajetória de militantismos, ver Oliveira (2008).

4 O discurso ecológico ampliou-se a partir das convergências e antinomias peculiares às suas diversas vertentes, desde as mais radicais àquelas que aderiram às retóricas conciliadoras do “capitalismo verde”, sob a nomenclatura de desenvolvimento sustentável.

5 Essa vertente considera a perspectiva da sustentabilidade, ou seja, a possibilidade de associar crescimento econômico e proteção ambiental, como base na reestruturação das políticas econômicas face às novas posturas ambientais (Barros, 2012).

6 Segundo essa interpretação, os processos de modernização social incluem, necessariamente, elementos da infraestrutura produtiva do meio rural, os quais passaram a considerar princípios ambientais.

internacional.⁷ Oficialmente, a preocupação política desses atores internacionais com o meio ambiente começou a ser expressa nas primeiras décadas do século XX. Mesmo sem a participação dos partidos, essa fase foi importante, pois criou as condições para o futuro envolvimento da política partidária.

Mesmo sem pretender apresentar um panorama completo, destacaremos a seguir alguns dos principais documentos e fatos que marcaram o desenvolvimento do pensamento ecológico em termos mundiais (resumidos no quadro 1), a fim de situar essa fase anterior à atuação partidária, mas de suma relevância do ponto de vista político mais amplo.

Quadro 1 – Contexto que originou a globalização da governança ambiental

Período	Fato	Consequências políticas
1925	Assinatura do Protocolo de Genebra	Proibiu o uso de gases tóxicos e o emprego belicoso de armas bacteriológicas em operações militares.
1958	Assinatura da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo	Estabeleceu medidas governamentais para evitar poluição marítima.
1963	Assinatura do Acordo sobre Uso de Armas Nucleares no espaço Cósmico, na Atmosfera e sobre a Água	Previu medidas de proteção do espaço, da atmosfera e dos oceanos, a fim de evitar poluição nuclear.
Década 1960	Divulgação dos relatórios do Clube de Roma e seus impactos na comunidade internacional	Relatórios sobre as crises globais e localizadas, incluindo as crises do petróleo; a limitação dos recursos naturais; a escassez dos recursos hídricos; as consequências do regime econômico vigente nos países industrializados e em desenvolvimento; o elevado crescimento populacional; o impacto dos assentamentos humanos no meio natural; a adoção de tecnologias agrícolas; a escassez de alimentos; modelos energéticos, entre outros temas.
1970	Realização da Conferência de Estocolmo em 1972 e seus desdobramentos	Debates políticos e econômicos na fase de preparativos do evento, com maior ênfase na etapa dos desdobramentos, ou seja, praticamente durante toda a década 1970.

Elaboração própria.

7 Embora o termo tenha surgido no repertório sociológico em 1986, com a publicação da primeira edição do livro de Beck sobre sociedade do risco (*Risikogesellschaft*, em alemão), os organismos internacionais já chamavam atenção para as catástrofes ecológicas desde o início da década de 1920, como mostra o quadro 1.

Um dos marcos políticos da constituição de uma arena internacional de controvérsias públicas sobre ambiente foi a I Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo (1972).⁸ O evento teve como objetivo abordar os problemas ecológicos de forma global, a fim de sensibilizar os governos e as nações para a necessidade de cooperação internacional e iniciativas coletivas e consensuais (Figueiredo, 1993). Sob esse impulso, alguns governos dos países centrais deram os passos iniciais rumo às primeiras medidas de política ambiental no mundo ainda na década 1970, a exemplo do Canadá, Holanda, Suécia e Dinamarca, entre outros. Iniciou-se aí uma longa trajetória de institucionalização da questão ambiental, consagrada politicamente com a criação de órgãos oficiais. Assim, o ambiente torna-se um trunfo político, “entrando no jogo institucional da democracia regido pelos partidos” (Almeida e Premebida, 2014, p. 25).

Nesse contexto é que surgiram os primeiros “partidos verdes”, com a inclusão formal do debate na arena eleitoral. Tais legendas começaram a surgir logo após a Conferência de Estocolmo, embora com pouca influência política nos processos decisórios dos parlamentos. Barros e Sousa (2010) relatam que a primeira iniciativa teve origem na Tasmânia (Austrália), em 1972, fruto da decisão de um grupo de ecologistas denominado *United Tasmanian Group*. Posteriormente, o grupo passou a ser denominado *Green Party* e fundou uma base na Nova Zelândia. Em seguida, a entidade expandiu suas atividades para a Europa, com o apoio de ecologistas da Suécia, Finlândia, Noruega, Suíça, Holanda, Alemanha e França. Atualmente, a filosofia orienta partidos políticos em mais de 120 países. Em 2010, o Partido Verde tornou-se a quarta maior bancada no Parlamento Europeu.

8 Para um panorama dos principais eventos historicamente relevantes para a construção da visibilidade ambiental, ver Barros (2012).

No Brasil,⁹ o Partido Verde foi fundado em 1986, na cidade do Rio de Janeiro, resultado da reunião de ex-exilados políticos, como ecologistas, artistas, intelectuais e ativistas, do movimento anti-nuclear. Durante a Conferência do Rio, o Partido Verde brasileiro promoveu a primeira reunião planetária dos Verdes. Considerada o maior evento diplomático e político do mundo no que se refere à questão ambiental (Lafer, 1993; Botkin, 1992), a Rio 92 contribuiu para que a agenda ambiental fosse incorporada por partidos políticos de variados espectros ideológicos, com mais ênfase, entretanto, nos denominados partidos de esquerda. Afinal, tal agenda tornou-se transversal, com a adesão de variados atores sociais e políticos, superando a polarização direita x esquerda, com a formação de uma coalização verde, “apesar de um leque variado de posturas, perspectivas e receitas de ação” (Giddens, 2010, p. 74). Trata-se do que o autor caracteriza como “a primeira onda política do ambientalismo”,¹⁰ que consiste “na transposição do problema para a agenda dos assuntos políticos (p. 22). Esse processo retirou dos partidos verdes o controle político-partidário da agenda ambiental, porém contribuiu para a capilarização e inserção social no mundo vivido. Os demais partidos, que antes não se ocupavam com tal agenda, foram agenciados pelo discurso ecológico (Bauman, 2000), o que mostra a força da eficácia discursiva da retórica da sustentabilidade, como ressalta Ribeiro (2000). Por outro lado, Bruno Latour (1994, p. 80) destaca que os partidos políticos, ao aderirem às causas ecológicas, tornaram-se agentes mediadores e tradutores, ou seja, “atores dotados de capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, e também de traí-lo”.

Mas o que levou os partidos de diferentes orientações ideológicas e defensores de outras causas a apoiarem as bandeiras ecológicas? Por que as agendas ecológicas e ambientais transcendem as arenas

9 Em 1985 foi criado o Núcleo de Ecologistas do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, a avaliação é de que a inserção do ambientalismo na política partidária brasileira ocorreu tardiamente, tendo como referência a gênese do militantismo, cujo histórico remete às “elites naturalistas”, vinculadas à problemática internacional, surgida na Europa e nos Estados Unidos (Oliveira, 2008).

10 A segunda onda, conforme o autor, “deverá envolver sua introdução em nossas instituições e nas preocupações cotidianas dos cidadãos” (Giddens, 2010, p. 22).

partidárias e os limites dos chamados partidos verdes? Alguns argumentos são apontados por pensadores como Bobbio (1992), Hobsbawn (1995) e Castells (1999), os quais chamam atenção para a relação histórica do ambientalismo com uma rede de outros atores sociais. Para o primeiro autor, os movimentos em defesa da natureza não devem ser compreendidos como iniciativas isoladas e autônomas, mas como parte de um conjunto de movimentos em defesa dos direitos humanos, incluindo as liberdades individuais, os direitos políticos e sociais. O ambientalismo, na visão de Bobbio se insere no âmbito da emergência histórica dos chamados *direitos de terceira geração* (direitos étnicos, de gênero, de imigrantes, qualidade de vida, ecológicos etc.), ou seja, o direito relativo à natureza, no qual o sujeito é a própria humanidade.

Hobsbawn (1995) complementa que esses movimentos apontam para reivindicações que exigem mudanças em toda a estrutura da sociedade e apelam para a adesão generalizada das pessoas, e não apenas de categorias específicas. Os direitos ambientais são associados às reivindicações, campanhas e manifestações públicas em prol da paz, da qualidade de vida, da diversidade cultural, da integração sociocultural, do bem-estar geral da humanidade, independentemente de sua raça, religião, gênero ou nacionalidade. Castells (1999) acentua a lógica de redes dos movimentos ecológicos, apesar das diferentes identidades militantes, e acrescenta o potencial desses movimentos como agentes e colaboradores da lógica da midiaticização, o que aumenta seus poderes em termos de capacidade para captar e dirigir a atenção do público.

Esse conjunto de fatores é que levou à constituição *de comunidades de riscos compartilhados*, na expressão de Habermas (1995), referindo-se às transformações na esfera pública a partir de impactos gerados pela crise dos recursos naturais e das alterações climáticas. Tal cenário levou ao que Giddens (2010) denominou de *política da vida*, que incorpora uma nova cultura política que agrega a preocupação com a natureza.¹¹ Conforme Inglehart (1981), o ambientalismo

11 Para uma análise mais detalhada sobre as contribuições de Habermas e Giddens, consultar Carvalho (2006).

insere-se em uma nova ordem de necessidades que transcende a esfera material e coloca na cena pública o debate sobre temas cuja força principal está no conteúdo simbólico, imaterial e intangível, embora o caráter econômico não seja excluído. Por essa razão, a agenda política sobre ambiente teve mais força no plano internacional, sob a condução de organismos e agências internacionais, com maior poder de representação simbólica do que os próprios partidos verdes, com restrita atuação local (Guimarães, 1986).

A década de 1980 marcaria o início do *boom* ambientalista no contexto brasileiro,¹² com o objetivo de desenvolver política ambiental atenta à gravidade da questão e adequá-la ao contexto internacional. A Lei Federal nº 6.938/1981 criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente, que estabeleceu os objetivos, princípios e diretrizes da política ambiental. Com a Constituição de 1988, estados e municípios passam a ter competência para formularem suas próprias políticas. No plano institucional, destacam-se a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1989, que passa a ter a missão de formular, coordenar e executar a Política Nacional de Meio Ambiente. A Conferência do Rio marcaria o debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Um legado político dessa fase foi o Ministério do Meio Ambiente, criado logo após a Rio 92, com a missão de formular a Política de Meio Ambiente no Brasil. O Ibama passou a atuar na fiscalização. A década 1990 se inicia com avanço na estrutura dos órgãos ambientais do Estado. Outro marco foi o protocolo de Kyoto (1997), com o objetivo de reduzir a emissão de poluentes e contou com a adesão de mais de oitenta países. Em 2002, foi realizada na África do Sul a Conferência Ambiental Rio +10, com o objetivo de dar continuidade à discussão iniciada pela Rio-92. Um dos momentos de maior impacto dessa fase foi o anúncio do quarto relatório do IPCC, em Paris, no início de 2007.

Cabe ressaltar ainda a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006) e a revisão da Lei de Crimes Ambientais

12 Não é objetivo deste texto apresentar uma retrospectiva abrangente sobre a trajetória do ambientalismo no Brasil. Para isso, consultar Pádua (1986) e Viola (1987).

(Lei nº 9.605/1998), a fim de ampliar os meios legais para combater as condutas e as atividades prejudiciais ao meio ambiente. Mas o legado mais expressivo desse período é a Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei nº 12.187/2009), com as metas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Além disso, prevê incentivos para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias para mitigar os efeitos da mudança no clima.

Como se vê, a agenda internacional causou impacto direto na política brasileira, especialmente no que se refere às medidas de conservação, de controle de riscos ambientais, na emergência de leis para estimular o desenvolvimento sustentável e até mesmo na criação de órgãos para o gerenciamento ecológico na esfera burocrática. Cabe salientar que todas as leis aprovadas passaram pelo crivo dos partidos políticos no âmbito do Congresso Nacional. Isso não significa que as votações tenham sido unânimes, mas que houve maiorias em todas elas, o que reitera o argumento de que houve um amplo engajamento retórico dos partidos políticos às questões ambientais, o que transformou o tema em uma causa política transpartidária ou multipartidária.

As temáticas ambientais e as propostas de governança política dos presidencialistas

Dos onze candidatos, nove incluem temáticas da agenda ambiental em seus programas de governo, como mostra a tabela 1. A inserção do tema no programa do candidato ocorre de duas formas, sendo uma mais consistente e a outra menos. A primeira consiste em um capítulo ou tópico integral dedicado aos tópicos ecológicos e ambientais, enquanto a segunda contempla parcialmente esse requisito, ao inserir os assuntos em questão de forma dispersa e assistemática no texto do plano de governo. No primeiro caso, enquadram-se os programas de governo de cinco candidatos: Aécio Neves, Dilma Rousseff, Eduardo Jorge, Eymael e Marina Silva. No segundo caso, estão quatro candidatos: Levi Fidelix, Luciana Genro, Mauro Iasi e Pastor Everaldo.

Tabela 1 – Inserção de temáticas ambientais nos programas de governo

	Partido	Coligação	Candidato	Ocorrência/peso		Capítulo próprio/peso		Propostas específicas/peso		Índice final
				Sim	1,0	Sim	1,0	Sim	1,0	
1	PSDB	Muda Brasil: PSDB/PMN/SD/DEM/PEN/PTN/PTB/PTC/PTdoB	A. Neves	Sim	1,0	Sim	1,0	Sim	1,0	1,00
2	PT	Com a Força do Povo: PT/PMDB/PSD/PP/PR/PDT/PRB/PROS/PCdoB	D. Rousseff	Sim	1,0	Sim	1,0	Não	0,5	0,83
3	PV	PV	E. Jorge	Sim	1,0	Sim	1,0	Não	0,5	0,83
4	PSDC	PSDC	Eymael	Sim	1,0	Sim	1,0	Não	0,5	0,83
5	PRTB	PRTB	L. Fidelix	Sim	1,0	Não	0,5	Não	0,5	0,66
6	PSOL	PSOL	L. Genro	Sim	1,0	Não	0,5	Não	0,5	0,66
7	PSB	Unidos pelo Brasil: PSB/PPS/PSL/PHS/PPL/PRP	M. Silva	Sim	1,0	Sim	1,0	Sim	1,0	1,00
8	PCB	PCB	M. Iasi	Sim	1,0	Não	0,5	Não	0,5	0,66
9	PSC	PSC	Pr. Everaldo	Sim	1,0	Não	0,5	Não	0,5	0,66
10	PCO	PCO	R. Pimenta	Não	–	–	–	–	–	–
11	PSTU	PSTU	Zé Maria	Não	–	–	–	–	–	–

Elaboração própria.

A fim de estabelecer um *ranking* dos planos de governo analisados e com isso identificar o grau de associação dos candidatos à agenda verde, estabelecemos pesos a cada item da tabela 1, sendo 1,0 o maior da escala. Foram classificados na grandeza plena os programas de governo que apresentam um capítulo próprio dedicado às matérias ambientais e, além disso, contemplam propostas de governança específicas, de modo setorizado. Esse procedimento permitiu escalonar os planos analisados em três graus de adesão. No primeiro caso, com a escala plena de 1,0 estão os seguintes: Aécio Neves e Marina Silva. No nível intermediário, com 0,83, localizam-se Dilma Rousseff, Eduardo Jorge, Eymael. Em último lugar está a maioria dos planos dos candidatos, com o índice geral de 0,66: Levy Fidelix, Luciana Genro, Mauro Iasi e Pastor Everaldo. Cabe ressaltar que o índice adotado não se aplica ao teor ecológico do conteúdo do programa partidário, mas apenas à aferição do uso das quatro estratégias de visibilidade empregadas nos *websites* das legendas.

O conteúdo dos planos de governo

O mapeamento dos temas centrais dos planos de governo, no que se refere à questão ambiental, revelou três eixos temáticos adotados pelos candidatos: 1) desenvolvimento com sustentabilidade econômica; 2) desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ecológica; 3) críticas ao sistema capitalista. Cada eixo temático apresenta um conjunto de palavras-chave, que traduzem as respectivas ideias centrais, conforme exposto no quadro 2.

As categorias anteriores foram definidas com base na classificação de Ignacy Sachs (1993). Segundo o autor, a sustentabilidade econômica¹³ é focada na eficiência na alocação e gestão de recursos extraídos da natureza, além de racionalidade nos investimentos. Esses requisitos contemplam diretamente as propostas contidas nos planos de Aécio Neves, Dilma Rousseff e Levy Fidelix. A sustentabilidade social prioriza políticas de desenvolvimento humano, com o propósito de promover justiça social e reduzir desigualdades. A sustentabilidade ecológica, por sua vez, tem como pilar a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais, com base na premissa de que o uso econômico dos bens naturais deve considerar os ciclos temporais inerentes às especificidades de cada ecossistema, a fim de garantir o equilíbrio da biodiversidade.¹⁴ Os planos de governo de Eduardo Jorge, Eymael, Luciana Genro e Marina Silva conjugam propostas que contemplam as três dimensões da sustentabilidade citada, conforme mostra o quadro 2.

13 É importante destacar que tal concepção surge no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável, cuja matriz é o projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente. “Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que atendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar, de fato, era um modelo de acumulação de riquezas em que o patrimônio natural passava a ser um bem” (Carvalho, 1991, p. 11). Trata-se, portanto, nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2010, p. 275), de um “processo de politização do espaço da produção”.

14 O autor destaca ainda a dimensão espacial/geográfica e a dimensão cultural. A sustentabilidade espacial refere-se às políticas para a ocupação do solo e relação campo-cidade, por exemplo. A sustentabilidade cultural consiste no respeito às tradições, comunidades nativas e o patrimônio cultural. Os planos analisados não se detêm em propostas para as duas últimas dimensões.

Quadro 2 – Programas agrupados por eixos temáticos e termos-chave

Eixos temáticos	Candidatos	Termos-chave mais citados nos planos de governo
Desenvolvimento com sustentabilidade econômica	Aécio Neves	Sustentabilidade, cidades sustentáveis, mobilidade urbana, qualidade de vida, economia de baixo carbono, planejamento ambiental, gestão ambiental, regulação ambiental, energias renováveis.
	Dilma Rousseff	Crescimento econômico, energia renovável, agricultura sustentável, indústria sustentável.
	Pastor Everaldo	Qualidade de vida, sustentabilidade, defesa do ambiente, responsabilidade socioambiental, compensação ambiental, tecnologias limpas.
	Levy Fidelix	Crescimento econômico, qualidade de vida, sustentabilidade, riquezas bioenergéticas.
Desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ecológica	Eduardo Jorge	Desenvolvimento sustentável, políticas ambientais, governança ambiental, mudanças climáticas, preservação da biodiversidade, justiça social, direitos humanos, cultura de paz, radicalização da democracia, cidadania ecológica.
	Eymael	Preservação, conservação, proteção da natureza, responsabilidade ambiental.
	Luciana Genro	Política econômica para a sustentabilidade, novo modelo de desenvolvimento, revisão do sistema agrário, preservação ambiental.
	Marina Silva	Desenvolvimento sustentável, planejamento para a sustentabilidade, monitoramento ambiental, redução de carbono, gestão ambiental, economia de baixo carbono, agroecologia, preservação de recursos naturais e conservação da biodiversidade, educação ambiental, empregos verdes, zoneamento ecológico-econômico, plantio de florestas, recursos hídricos, arranjos produtivos locais, economia solidária, desenvolvimento rural, agricultura familiar.
Críticas ao capitalismo (sustentabilidade ecológica)	Mauro Iasi	Civilização capitalista predatória, poluição, deterioração ambiental, degradação, destruição ambiental, devastação florestal, esgotamentos dos recursos naturais.

Elaboração própria.

Perfis de governança ambiental dos candidatos

A partir das informações reunidas e expostas anteriormente, é possível identificar três perfis de governança política, do ponto de vista ambiental: governança desenvolvimentista, governança para a preservação e desenvolvimento e governança para combater a exploração capitalista predatória. No primeiro caso enquadram os planos de governo dos seguintes candidatos: Aécio Neves, Dilma Rousseff, Pastor Everaldo e Levy Fidelix. Os termos-chave convergem para a conciliação entre crescimento econômico, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. No segundo caso, os representantes são: Eduardo Jorge, Eymael, Luciana Genro e Marina Silva. As

palavras-chave destacadas nos planos de governo desses candidatos apontam para uma equivalência em termos de relevância política entre desenvolvimento e preservação. A conservação da biodiversidade é vista como substrato das políticas para a sustentabilidade. No terceiro caso, apenas um candidato (Mauro Iasi), de um partido comunista, adota uma visão de governança ambiental para combater o capitalismo predatório.

A cada perfil correspondem propostas políticas específicas de governança ambiental, conforme exposto no quadro 3. Em todos os perfis, o Estado exerce um papel central como ator das políticas ambientais propostas pelos candidatos. Trata-se de uma concepção próxima à ideia de Giddens (2010, p. 96) de *Estado assegurador*, ou seja, significa que “o Estado é responsável por monitorar os objetivos políticos e por procurar certificar-se de que eles se concretizem de forma visível e aceitável”.

Quadro 3 – Perfis de governança ambiental dos candidatos

Perfil de governança	Candidatos	Propostas de políticas ambientais
Desenvolvimento com sustentabilidade econômica	Aécio Neves	Adoção de mecanismos para conciliar crescimento econômico e sustentabilidade. Prioridade para: mobilidade urbana, energia e saneamento básico.
	Dilma Rousseff	Construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico (sem detalhamento).
	Pastor Everaldo	Adoção de um sistema privado eficiente e justo de direitos sobre recursos naturais.
	Levy Fidelix	Política industrial com sustentabilidade. Ampliação da infraestrutura para aproveitamento dos recursos bioenergéticos.
Desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ecológica	Eduardo Jorge	Criação do Meio ambiente, Recursos Hídricos, Energia e Cidades. Implementação de programas de redução de desperdício de insumos escassos. Implantação de sistemas de compensação de serviços ambientais.
	Eymael	Implantação de políticas de desenvolvimento econômico, humano e ecologicamente sustentável. Medidas para intensificar projetos de recuperação ambiental para restabelecer o equilíbrio dos ecossistemas.
	Luciana Genro	Adoção de política econômica para a sustentabilidade. Implantação de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Revisão do sistema agrário. Fortalecimento da política de preservação ambiental.
	Marina Silva	Economia para o desenvolvimento sustentável. Planejamento para a sustentabilidade. Incentivo às atividades produtivas. Geração de empregos verdes. Preservação da biodiversidade. Política de recursos hídricos. Educação ambiental.
Crítica ao capitalismo (sustentabilidade ecológica)	Mauro Iasi (PCB)	Defesa de mudanças estruturais no sistema produtivo. Propostas utópicas de superação da ordem capitalista.

Elaboração própria.

Governança para o desenvolvimento

Os programas de quatro presidenciáveis apresentam em comum a defesa de um novo modelo de governança para o desenvolvimento socioeconômico, com bases sustentáveis, mas de modo a garantir o progresso econômico: Aécio Neves, Dilma Rousseff, Pastor Everaldo e Levy Fidelix.

No caso do Aécio Neves, o programa de governo destaca um capítulo denominado sustentabilidade (p. 67-72), com a justificativa de que

[...] a política de sustentabilidade tem valor fundamental para o futuro do Brasil. Abrangendo todas as áreas de atuação governamental, torna-se a cada dia a demanda maior da sociedade e a necessidade de todas as pessoas, em seu compromisso com o futuro (Plano de Governo. Aécio Neves, PSDB, p. 67).

Segundo a proposta de Aécio Neves, a Presidência da República deve assumir o protagonismo político nas questões de sustentabilidade, “visando garantir um efetivo diálogo horizontal na esfera federal, com o engajamento dos estados, municípios, setor empresarial e a sociedade civil” (*Ibid.*, p. 73). Isso implica “adoção de um modelo de governança matricial, atribuindo responsabilidades ambientais às instâncias governamentais encarregadas das políticas setoriais, com metas de qualidade ambiental a serem cumpridas” (*Ibid.*, p. 73). Outra prioridade, segundo o texto, são investimentos para garantir a transição para uma economia de baixo carbono “para o enfrentamento do aquecimento global”. Essa transição requer

[...] a adoção de medidas voltadas à redução do desmatamento da Amazônia, do Cerrado e dos demais biomas e emprego de instrumentos econômicos que estimulem, efetivamente, uma agricultura de baixo carbono, padrões rigorosos de eficiência energética, conservação da biodiversidade e conservação do solo e da água (*Ibid.*, p. 73).

O desenvolvimento sustentável preconcebido pelo programa de Neves estabelece ainda a implantação e gestão das Unidades de Conservação como instrumento de desenvolvimento regional, “com ênfase na ideia que as mesmas são ativos estratégicos com potencial de geração de renda, mediante políticas adequadas de turismo sustentável” (*Ibid.*, p. 73). Outro tópico destacado no texto diz respeito ao estabelecimento de uma política robusta de pagamento por serviços ambientais, inclusive com a ampliação de políticas de inclusão produtiva, como a figura da “bolsa-reciclagem”.

O programa de governo do candidato do PSDB prevê ainda estímulo à produção de bens e produtos com menor impacto socioambiental, “de forma a torná-los acessíveis a todas as pessoas, independentemente do seu poder aquisitivo” (*Ibid.*, p. 75). Em suma, o objetivo é assegurar que os critérios de sustentabilidade “estejam presentes [...] nos processos de tomada de decisão das políticas públicas, tendo as gerações futuras como perspectiva de longo prazo” (*Ibid.*, p. 77). As áreas prioritárias do referido programa são as seguintes: mobilidade urbana, energia e saneamento básico. Para cada área o texto apresenta um conjunto de propostas, as quais são sistematizadas no quadro 4.

Quadro 4 – Áreas prioritárias e propostas do plano de governo de Aécio Neves

Áreas	Propostas
M O B I L I D A D E	Implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; Busca da mobilidade sustentável para as cidades brasileiras, por meio da integração dos diversos modais de transporte público em operação; Apoio à inovação e criação de novas soluções tecnológicas para o setor; Incentivo aos transportes públicos, principalmente os sobre trilhos; Incentivo à renovação e à modernização da frota de trens, metrô e ônibus, impondo novos parâmetros de qualidade de acordo com o tamanho das cidades; Incentivo à adoção de horários variados para jornadas de trabalho, evitando-se os períodos de <i>rush</i> , tendo o poder público como importante indutor da mudança; Apoio a novos modais alternativos de transporte, como as ciclovias; Criação de marcos regulatórios para o trânsito em pequenas cidades, pois elas já são vítimas dos congestionamentos.

Áreas	Propostas
E N E R G I A	Definição de matriz energética que contemple as várias fontes de energia, com baixo impacto ambiental; Ampliação da participação da energia solar e da energia eólica na matriz energética brasileira; Implementação de programas de eficiência energética e conservação de energia em todos os setores; Valorização da diversidade de fontes e das características regionais, procurando equilibrar autossuficiência com sustentabilidade; Implantação de processo que promova e assegure mais transparência e previsibilidade na formação de preços e tarifas no setor de energia; Execução de planejamento energético coparticipativo com os estados da Federação; Definição clara do papel do etanol anidro e hidratado na matriz de combustíveis brasileira e estabelecimento de metas; Adoção de política tributária que considere as vantagens ambientais dos biocombustíveis; Realização de investimentos em tecnologias de baixo carbono; Redução do risco regulatório no setor de energia. Regras claras e duradouras garantem a entrada de novas empresas, gerando incentivos para novos investimentos.
S A N E A M E N T O	Introdução, no portfólio dos bancos e das agências regionais, do setor de saneamento, com prioridade, ampliando as fontes de investimento; Estímulo à modernização da gestão dos prestadores dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos; Implantação de programas voltados para promover a redução da geração e o gerenciamento de resíduos sólidos; Estímulo e criação de mecanismos para a reutilização do gás metano dos aterros sanitários, proporcionando eficiente fonte energética; Incentivo e financiamento a pesquisas na área de saneamento e reaproveitamento de resíduos sólidos; Estímulo a estados, municípios, empresas e outras entidades da sociedade civil na produção de água de reuso para irrigação e fins industriais, e no aproveitamento dos resíduos gerados na cadeia do saneamento, como o biogás e o lodo.

Elaboração própria.

Como é possível observar com a leitura do quadro, as propostas de Aécio Neves são sustentadas em um tripé de desenvolvimento: transportes, energia e saneamento. O foco é o desenvolvimento tecnológico e industrial, modulado por novos modelos de planejamento, gestão e regulação, a cargo do Estado, ou seja, em consonância com o modelo de *Estado assegurado* (Giddens, 2010), na dinâmica relacional entre União e entes federados. A tríade mencionada revela que a prioridade do candidato é o contexto urbano, principalmente as grandes cidades, nas quais os problemas de mobilidade, energia e saneamento são notórios. Tal opção justifica-se, certamente, porque os grandes centros é que concentram a principal fatia do eleitorado. Além disso, são três pautas de grande visibilidade na mídia, de forma recorrente e continuada. A questão da mobilidade urbana, inclusive, foi um dos motivadores da onda de manifestações públicas que ocorreu no Brasil em junho de 2013.

No programa de Dilma Rousseff,¹⁵ há um capítulo intitulado *Sustentabilidade*, cujo foco é a “construção de um modelo de desenvolvimento que contemple os aspectos democráticos, econômicos, sociais e ambientais, com erradicação da pobreza, preservação do meio ambiente e ampliação da democracia”. O objetivo desse modelo é promover crescimento econômico. Segundo o texto,

São exemplos internos, que dão suporte a nossas posições internacionais, nosso empenho contra o desmatamento, o incremento de nossa matriz energética renovável, nossas práticas e políticas sustentáveis na agricultura e na indústria. Não precisa existir contradição entre crescer, incluir, proteger e conservar (Diretrizes do Programa de Governo Dilma Presidente, 2014, p. 14).

O programa de Dilma limita-se ao que foi transcrito na citação anterior, sem detalhar as propostas para o setor. Infere-se, contudo, pelo teor das proposições, que serão priorizadas as áreas de agricultura, indústria e energia. Apesar de mencionar elementos típicos da sustentabilidade social e ecológica, como erradicação da pobreza, preservação do meio ambiente e ampliação da democracia, esses termos ficam sem detalhamento no texto. Funcionam mais como ornamento do que como proposta política no sentido estrito. O Estado também aparece como garantidor das diretrizes e princípios de desenvolvimento.

O foco do plano da candidata do PT é, visivelmente, no crescimento econômico. A ênfase nos setores agrícola e industrial justifica-se pelo peso que ambos exercem na economia brasileira, com 23% e 24,9% do produto interno bruto (PIB), respectivamente. Considerando o ano de 2013, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE),¹⁶ o somatório dos dois segmentos totaliza 47,9%, ou seja, quase a metade do PIB.

15 Disponível em: <<https://goo.gl/3uJFqq>>.

16 Disponível em: <<https://goo.gl/45pgvb>>.

O componente energia é indispensável para o crescimento econômico, especialmente no campo da indústria.

O plano de governo do Pastor Everaldo (PSC) é sucinto em relação à governança ambiental. Limita-se a associar desenvolvimento com sustentabilidade e qualidade de vida. O programa do candidato do PSC contempla as seguintes propostas:

- estabelecer um sistema privado eficiente e justo de direitos sobre recursos naturais, gerando sustentabilidade no seu uso;
- investir em formas de exploração econômica dos recursos naturais que não agriam o meio ambiente;
- investir na proteção, preservação e defesa do meio ambiente sob responsabilidade do Estado;
- buscar meios de premiar economicamente a compensação ambiental praticada pelo setor privado e incentivar a substituição das tecnologias poluentes por meio da abertura de crédito de fácil acesso;
- implementar programas de redução de desperdício de insumos escassos;
- sistematizar licenciamento dos novos empreendimentos brasileiros, com sua desburocratização e descentralização.

Na mesma linha, o programa de governo de Levi Fidelix (PRTB) também é conciso no tópico sobre governança ambiental, e focado no desenvolvimento econômico, na mesma perspectiva retórica adotada pelo candidato citado anteriormente. As propostas são as seguintes: a) promover o crescimento econômico nacional de modo a proporcionar qualidade de vida e reduzir as desigualdades sociais; b) investir em políticas de industrialização com sustentabilidade; c) ampliação da infraestrutura nacional para permitir o aproveitamento dos recursos bioenergéticos.

A figura do Estado assegurador caracterizada por Giddens é o que sobressai nas poucas propostas que constam no plano de governo do Pastor Everaldo e de Levy Fidelix. Em ambos os casos observa-se o predomínio de um tripé largamente utilizado nas retóricas otimistas pautadas pela onda da sustentabilidade, cujo discurso é articulado pela convergência entre o sistema econômico e o sistema político (Barros, 2012).

Governança para a preservação e o desenvolvimento

Os planos de governo de quatro candidatos enquadram-se na governança para a preservação e o desenvolvimento, na convergência entre sustentabilidade econômica e social: Eduardo Jorge, Eymael, Luciana Genro e Marina Silva.

No caso do programa de governo de Eduardo Jorge (PV), o capítulo sobre desenvolvimento sustentável constitui, na realidade, um manifesto a favor da defesa ambiental, com poucas proposições objetivas. A proposta mais relevante do ponto de vista de governança ambiental é a criação do meio ambiente, recursos hídricos, energia e cidades. Segundo o texto, é necessário “reavaliar todas as políticas públicas, a produção e o consumo de bens e serviços” (Viver Bem, Viver Verde, [s.d.], p. 3). O desenvolvimento sustentável é posto no texto como condição para promover a qualidade de vida na sociedade atual.

Outro ponto destacado pelo texto refere-se à governança global:

A necessária implementação das mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento sustentável exige também uma crescente governança global e um ambiente de democracia, cultura de paz e respeito aos direitos humanos (*Ibid.*, p. 3).

Por fim, o texto afirma que “o que o PV quer é mostrar que é possível um projeto para o Brasil que combine desenvolvimento sustentável, justiça social, cultura de paz com a radicalização da democracia”.

O eixo da proposta do candidato do PV é a criação de um ministério para integrar e coordenar as políticas públicas nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos, energia e cidades. Trata-se da mesma perspectiva do Estado assegurador, com o diferencial de juntar áreas estratégicas que atualmente funcionam separadamente. O novo órgão estatal teria a função de centro de comando, com o propósito de evitar a fragmentação e dispersão dos investimentos públicos, além de potencializar e otimizar os resultados.

A proposta reflete as ideias de partido de orientação tipicamente ecológica, com um discurso convergente, ou seja, agrega diferentes aspectos do debate ambiental. Na abertura do texto que institui o programa partidário,¹⁷ o PV é definido como “um instrumento da ecologia política”, em articulação com as demais legendas políticas e com os partidos e movimentos verdes de outros países. Em termos mais amplos, a proposta do PV é “desenvolver uma estratégia conjunta e uma ação coordenada em favor do desarmamento, da desnuclearização, do ecodesenvolvimento, da solução negociada dos conflitos e do respeito às liberdades democráticas, justiça social e direitos humanos”.

O texto reitera ainda a conexão do PV com o movimento ecologista, as comunidades locais e os poderes institucionais. O partido apresenta-se à sociedade brasileira como articulador de rede de atores:

o PV luta pelo fortalecimento do movimento ecologista e pela realização das suas propostas. Funciona como um canal de ação política, no campo institucional, para servir o ambientalismo, sem pretensões hegemônicas ou instrumentalizantes. O PV participa, através dos seus militantes, dos movimentos sociais, culturais e das organizações não governamentais. O PV deve organizar-se junto às comunidades locais, obter o poder através dos diversos níveis do legislativo e executivo, para a execução do programa verde no plano local, regional e nacional (Viver Bem, Viver Verde, [s.d.], p. 7).

O texto reitera ainda a estreita relação entre a questão ambiental e a questão social. “Os problemas tanto sociais como ambientais devem ser tratados numa perspectiva integrada e sistêmica para realmente terem efeito sobre a qualidade de vida da população”. Isso significa que

[...] a simples preocupação conservacionista da natureza, sem uma sensibilidade social aliada à incapacidade de apontar modelos de desenvolvimento sustentável só pode agravar a

17 Disponível em: <<http://pv.org.br/opartido/programa/>>.

miséria e abrir caminho a uma devastação ambiental ainda maior no futuro. Os verdes propugnam o desenvolvimento sustentável como caminho para combater a miséria e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e empregos de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseados em tecnologias limpas (Viver Bem, Viver Verde, [s.d.], p. 6).

O plano do candidato do PV menciona ainda áreas como energia renovável, economia verde, poder local, Agenda 21, qualidade de vida, saúde, reforma agrária, combate à fome e à pobreza. A visão sistêmica do partido aponta para as variadas dimensões da sustentabilidade e coloca o Estado como agente do processo de ambientalização das políticas públicas, de modo articulado, integrado e sistêmico.

O programa defendido por Eymael (PSDC) inclui o assunto no tópico sobre os objetivos da legenda no plano social, com o propósito de “proteger o meio ambiente e assegurar a todos o direito de usufruir a natureza sem agredi-la”. Embora conste como um capítulo próprio, intitulado *Meio ambiente sustentável*, o programa de governo de Eymael limita à seguinte proposta: “Proteger o meio ambiente e assegurar a todos o direito de usufruir a natureza sem agredi-la, orientando as ações de Governo, o conceito que a Terra é a Pátria de todos nós” (PSDC, 2014, p. 6). Trata-se de um texto calcado no discurso politicamente correto, mas sem propostas específicas e sem consistência política. A adesão do candidato revela, portanto, apenas a força da eficácia simbólica da retórica ambiental e de um metarrelato globalizado, o que se infere pela figura da Terra como pátria global (Ribeiro, 2000).

O plano de governo de Luciana Genro (PSOL) apresenta um capítulo denominado “Política econômica e modelo de desenvolvimento”, no qual defende que a proposta de a construção de um novo modelo econômico requer “uma profunda revisão do sistema agrário brasileiro”. Além de uma reforma agrária profunda,

[...] que desmonte o latifúndio e desapropriar propriedades que possam ser utilizadas para fins produtivos – sobretudo

a produção de alimentos – será papel do Estado incentivar atividades que gerem empregos, desenvolvam de forma sustentável a economia no campo e fortaleçam a soberania nacional (Luciana Genro, [s.d.]).

O plano da candidata do PSOL apresenta como diferencial a prioridade no que se refere às políticas agrárias de desenvolvimento, ao resgatar uma antiga bandeira dos partidos de esquerda. Mais uma vez, a figura do Estado assegurador é central, mas com o propósito específico de regular e institucionalizar planos de reforma agrária para o campo, a fim de aumentar a produção de alimentos e promover o desenvolvimento local e regional.

Dois representações do ambiente rural são evocadas e contrastadas: o cenário atual, marcado pelo latifúndio improdutivo e um possível cenário futuro, de pequenas propriedades produtivas. A segunda visão, adotada pela candidata, reflete diretamente a concepção do socioambientalismo (Alonso e Costa, 2002), segundo a qual o rural passou a ser concebido pela perspectiva da *modernização ecológica* (Buttel, 2000; Catton e Dunlap, 1980). Essa vertente considera a perspectiva da sustentabilidade, ou seja, a possibilidade de associar crescimento econômico e proteção ambiental como base na reestruturação das políticas econômicas face às novas posturas ecológicas, com a ambientalização das práticas agrícolas campestres.

A proposta de Marina Silva é mais abrangente e mais detalhada nesse eixo temático. O plano de governo da candidata do PSB contempla “uma agenda de mudanças profundas na forma de fazer política e no modelo de desenvolvimento social e econômico”. Isso implica “um modelo de desenvolvimento profundamente comprometido com a democracia e com a sustentabilidade”, além de “planejar uma transição estratégica para o desenvolvimento de novo tipo”. Conforme o texto é necessário “posicionar o Brasil na realidade global marcada por crise ambiental”. Para a legenda, é mister aproveitar a privilegiada condição do Brasil, como país detentor de reconhecido patrimônio natural e diversidade cultural:

o Brasil abriga parte significativa da biodiversidade e da água doce existentes no planeta, grande extensão de terras cultiváveis, diversidade étnico-cultural, bem como uma rica variedade de formações naturais cujo papel é fundamental no equilíbrio climático continental e global. No entanto, as instituições políticas e os sucessivos governos, nas últimas décadas, não têm absorvido e dado relevo ao papel crucial da sustentabilidade no processo de desenvolvimento (Marina Silva, [s.d.]).

Segundo o programa de governo de Marina Silva, a política ambiental terá como principal diretriz o desenvolvimento sustentável, discutindo com a sociedade, o parlamento e os entes federados um conjunto de metas socioambientais de curto, médio e longo prazos para o País. Essas metas deverão incorporar os limites ecossistêmicos, de um lado, e o potencial estratégico da nossa biodiversidade e dos recursos naturais renováveis.

O programa de governo da candidata do PSB apresenta um conjunto amplo de propostas para a governança ambiental, envolvendo diversas áreas, mas de forma integrada e sistêmica, conforme registrado no quadro 5.

Quadro 5 – Propostas prioritárias do programa de Marina Silva

Áreas	Teor das propostas
Economia para o desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Nova política econômica ancorada nos princípios do desenvolvimento sustentável; • Estabelecimento de um conjunto de metas socioambientais de curto, médio e longo prazos para o País; • Discussão sobre essa nova política com a sociedade, parlamento e os entes federados.
Planejamento para a sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Usar os instrumentos de planejamento e gestão territorial como referências fundamentais para definição das políticas públicas setoriais e decisões sobre alocação de infraestrutura e para a simplificação do processo de licenciamento ambiental; • Produzir o relatório de qualidade ambiental do País para monitorar e reorientar as metas de desenvolvimento; • Aprofundar os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima para atingir as metas de redução de carbono a que o Brasil se comprometeu junto a Convenção Internacional; • Desenvolver pesquisas sobre sustentabilidade para orientar as ações estratégicas do governo federal e indicadores que incorporem conceitos de sustentabilidade e de bem-estar às contas nacionais; • Incentivar as empresas, privadas e estatais, a produzirem relatórios de responsabilidade socioambiental e desenvolverem estratégias de gestão ambiental.

Áreas	Teor das propostas
Incentivo às atividades produtivas	<ul style="list-style-type: none"> • Propor incentivos econômicos (tributários, fiscais, creditícios) para atividades econômicas sustentáveis e serviços socioambientais estratégicos como agroecologia, biotecnologia, energias renováveis, mobilidade urbana, concessões e manejo florestal sustentável, ecoturismo; • Estabelecer critério de sustentabilidade para a avaliação dos financiamentos pelas instituições financeiras e compras públicas; • Incentivar a incorporação da análise do ciclo de vida dos produtos à tomada de decisão empresarial; • Criar programa público de compensação financeira a comunidades tradicionais e agricultores familiares por serviços de preservação de recursos naturais e conservação da biodiversidade.
Geração de empregos verdes	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular, por meio de instrumentos fiscais, tributários e creditícios, a geração de empregos verdes, principalmente na construção civil, a indústria, o turismo, a geração de energias limpas, seguras e renováveis, o transporte, a agropecuária e o uso sustentável dos diferentes biomas; • Inserir os jovens no mundo do trabalho por meio de várias estratégias, com prioridade para as atividades sustentáveis e os empreendimentos solidários.
Preservação da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Complementar o Zoneamento Ecológico Econômico, os Planos Estratégicos de Gestão de Bacias Hidrográficas e os Mapas de Áreas Prioritárias para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade; • Equilibrar a conversão de áreas nativas para uso do solo e a recuperação de áreas degradadas e plantio de florestas em todos os biomas (desmatamento líquido zero); • Promoção da recuperação das Áreas de Preservação Permanente em todos os biomas como estratégia de geração de atividade econômica; • Fortalecimento do cadastro ambiental rural como mecanismos de gestão do desenvolvimento rural sustentável; • Estimular e fomentar o uso sustentável da água, da biodiversidade e da floresta e estabelecer um amplo programa de pagamento pelos serviços ambientais; • Implementar estratégia de desenvolvimento sustentável e de preservação da biodiversidade marinha; • Articular as universidades públicas e os centros de pesquisa para desenvolver pesquisa, inovação e tecnologia para o uso sustentável da biodiversidade; • Cumprir as metas estabelecidas em acordos internacionais para a criação de Unidades de Conservação em todos os biomas; • Estabelecer e implantar os planos de manejo nas Unidades de Conservação.
Política de recursos hídricos	<ul style="list-style-type: none"> • Criar política de acesso à água potável e proteção aos mananciais, incorporando a saúde humana, a qualidade da água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água; • Ampliar significativamente o número de Comitês de Bacia nos rios nacionais e implementar os instrumentos de gestão compartilhada das águas, inclusive a cobrança pelo seu uso; • Implementar ações efetivas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, com programas de construção de cisternas e dessalinizadores comunitários; • Restabelecer o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.
Educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar um programa de Educação Ambiental, componente essencial e permanente da educação, que efetivamente amplie a consciência da sociedade sobre as múltiplas questões que envolvem a relação com o meio ambiente e com o processo econômico, para difundir hábitos de vida mais sustentáveis e padrões de consumo que sinalize preferências por produtos que tenham melhor desempenho ambiental.

Elaboração própria.

As propostas de Marina Silva aproximam-se do que Giddens (2010) denomina de *convergência política*, ou seja, combinação de políticas de diferentes áreas, como energia, inovação tecnológica,

planejamento econômico e outras, com o mesmo propósito comum de mitigar os problemas ambientais e assegurar qualidade de vida aos cidadãos. Trata-se do plano mais abrangente, que arrola o maior número de setores e com propostas específicas para cada área. Contempla aspectos ignorados pela maioria dos demais candidatos como a educação ambiental, as comunidades tradicionais e a agricultura familiar. Aproxima-se muito da concepção apresentada pelo PV, em termos de ecologia sistêmica e alberga as variadas dimensões da sustentabilidade, com a proposta de ações convergentes, integradas e coordenadas.

Por fim, é oportuno destacar que o programa de governo de Marina Silva ressalta ainda a importância de considerar vários temas afins, tais como arranjos produtivos locais, economia solidária, desenvolvimento rural e agricultura familiar. Nesse aspecto, observa-se um ponto de convergência com a proposta da candidata do PSOL, no que se refere às políticas para o setor rural, embora não haja menção explícita a programas de reforma agrária pela candidata do PSB.

Cabe ressaltar que boa parte do texto assumido pelo PSB foi incorporado a partir das propostas da Rede Sustentabilidade,¹⁸ após o acordo que resultou no apoio da Rede à candidatura de Eduardo Campos. Com a trágica morte de Campos em 13 de agosto de 2014, Marina foi designada pelo partido para assumir como titular da chapa.

Crítica à ordem capitalista

O programa de governo de Mauro Iasi (PCB) associa o esgotamento dos recursos naturais com “a grande crise do capitalismo da época atual”. Segundo o texto, o capitalismo é um sistema esgotado historicamente, “busca do lucro máximo, destrói a natureza”. As questões ambientais são mencionadas da seguinte forma:

- a necessidade e urgência da alternativa socialista para garantir a vida;

18 Disponível em: <<https://goo.gl/zs1kVr>>.

- a degradação ambiental como consequência da civilização capitalista;
- política de desenvolvimento econômico, humano e ecologicamente sustentável.

O plano do candidato do PCB conjuga sustentabilidade econômica, social e ecológica, mas apenas no plano retórico, pois não apresenta propostas específicas. A posição ideológica do candidato do PCB reflete parte das críticas fundamentadas na concepção de ecologia política, segundo a qual o discurso da sustentabilidade mudou o foco da exploração capitalista do homem para a exploração da natureza (Latour, 1994; 1999). A crítica feita pelo partido, nessa perspectiva “torna-se um recurso, uma competência entre outras, a gramática de nossas indignações” (Latour, 1994, p. 49). Uma limitação dessa vertente, na visão do mesmo autor, é a abordagem totalizante, pois esses críticos tratam a natureza e o sistema político como uma totalidade. Por essa razão, a ecologia política perdeu força e tornou-se marginal, “porque não compreendeu ainda nem sua política, nem sua ecologia” (Latour, 1999, p. 48). Em suma, o plano de governo do candidato comunista assemelha-se mais a um manifesto anticapitalista do que a programa de governança ambiental propriamente dito. Entretanto, o manifesto é coerente com a identidade e a trajetória do PCB.

Conclusões

Após esmiuçar os planos de governo dos candidatos, observamos que todos eles tentam construir uma narrativa associada ao crescimento e desenvolvimento social. Os dados analisados mostram que há um expressivo interesse dos presidenciáveis no que se refere à inclusão de temas ambientais em seus planos de governo. O mapeamento revela que dos onze candidatos, nove deles apresentam ideias para a governança ambiental. O dado mais relevante é o predomínio da adesão explícita à agenda verde, por meio de um capítulo ou tópico dos programas de governo inteiramente dedicado ao assunto. São cinco candidatos que adotam essa postura: Aécio Neves, Dilma Rousseff, Eduardo Jorge, Eymael e Marina Silva.

Outra conclusão relevante diz respeito à cartografia dos principais temas enfatizados nos planos de governo, no que se refere à questão ambiental. São três os eixos temáticos, os quais correspondem aos perfis de governança identificados durante a análise. No primeiro perfil, centrado na perspectiva da sustentabilidade econômica, enquadram-se Aécio Neves, Dilma Rousseff, Pastor Everaldo, e Levy Fidelix, cujas propostas são focadas na conciliação entre crescimento econômico e sustentabilidade. O segundo perfil, emoldurado pela combinação de sustentabilidade econômica, ecológica e social, reúne planos de governo que também priorizam o desenvolvimento sustentável, mas defendem a preservação e a conservação como base da reestruturação das políticas econômicas. Isso implica que a biodiversidade é vista como a bússola para guiar as políticas de desenvolvimento. Nesse perfil enquadram-se os seguintes presidencialistas: Eduardo Jorge, Eymael, Luciana Genro e Marina Silva. O terceiro perfil, que privilegia a sustentabilidade ecológica, é representado pelo candidato do PCB, Mauro Iasi, sem uma proposta de governança objetiva. Limita-se a um manifesto contra o sistema econômico predatório e uma visão utópica sobre a relação entre ecologia e sistema econômico.

O levantamento mostra que o plano de governo mais consistente e com propostas mais objetivas e específicas é o de Marina Silva, coerente com a sua trajetória política. O plano defendido por Marina Silva é focado na lógica da modernização ecológica (Buttel, 2000; Catton e Dunlap, 1980). Segundo essa perspectiva, a sustentabilidade consiste em associar crescimento econômico e proteção ambiental como base na reestruturação das políticas econômicas face às novas posturas ambientais. A preservação funciona como guia para orientar a economia, o que inclui, necessariamente, elementos da infraestrutura produtiva do meio rural, os arranjos produtivos locais, a agricultura familiar e as comunidades tradicionais. Trata-se de uma visão em que há uma convergência das forças econômicas, de modo a reestruturar as políticas econômicas, a fim de torná-las mais defensáveis em termos ambientais (Giddens, 2010).

Em segundo lugar destaca-se o plano de Aécio Neves, embora seja limitado a três áreas: mobilidade urbana, energia e saneamento básico. Certamente são três áreas relevantes para o contexto brasileiro, porém, ao contrário de Marina Silva, há pouca preocupação com a governança ambiental no sentido mais estrito do termo. O plano de Aécio enquadra-se na perspectiva da sustentabilidade econômica ou economia verde (Lustosa, 2003). Segundo essa visão, a sustentabilidade ambiental constitui posicionamento estratégico no desenvolvimento nacional e na competitividade internacional. Isso explica a ênfase em setores essenciais da economia verde, como energias renováveis e tecnologias eficientes para a mobilidade urbana e o saneamento básico.

Os demais planos de governo analisados aderem à agenda verde de modo menos enfático e sistemático, talvez por um imperativo político contextual e pela própria concorrência partidária. A constatação de que um determinado candidato ou partido inclui propostas de governança ambiental, instiga os demais a fazerem o mesmo. A competição conduz a padrões similares, com a ênfase a alguns focos que se repetem, como a própria ideia de sustentabilidade, com o objetivo de adotarem estratégias focadas em articular conexões com os mesmos públicos do mercado eleitoral (Rodrigues; Barros e Bernardes, 2014).

Por fim, cabe reiterar que a inserção das pautas ambientais na agenda e no programa dos partidos políticos e dos candidatos à Presidência da República deve ser compreendida como um fenômeno social e culturalmente construído, ou seja, resultante das relações entre os diferentes sujeitos e atores sociais e políticos, representados por múltiplos polos de interesse, tais como o Estado, a sociedade civil, os movimentos sociais e a comunidade científica, como foi ressaltado na primeira parte do texto, com base nas ideias de autores como Barros (2013), Bobbio (1992), Castells (1999), Giddens (2010), Habermas (1995) e Hobsbawn (1995).

Referências

- ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 14-33, 2014.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, n. 53, p. 35-78, 2002.
- BAQUERO, Marcelo. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Dimensão filosófica e política do pensamento ambiental contemporâneo. *Veritas*, Porto Alegre, v. 57, n. 1, p. 92-111, jan./abr. 2012.
- _____. A visibilidade ambiental em perspectiva sociológica: estudo comparado Brasil-Portugal. *Sociologias*, v. 15, p. 318-345, 2013.
- BARROS, Antonio Teixeira de; SOUSA, Jorge Pedro. *Jornalismo e ambiente*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2010.
- BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich.; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 11-71.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORRAZ, Olivier. O surgimento das questões de risco. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 106-137, 2014.
- BOTKIN, Daniel B. *The ecology of forests: theory and evidence*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BUTTEL, Frederic H. *Ecological modernization as social theory*. Oxford: Geoforum, 2000. v. 31, p. 57-65.
- CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology. *American Behavioral Scientist*, v. 24, n. 1, p. 15-47, Sept./Oct. 1980.

- CARVALHO, Isabel Cristina. M. A ecodemocracia. PG 69, Rio de Janeiro, p. 10-14, 1991.
- _____. As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 308-315, maio/ago., 2006.
- CARREIRÃO, Yan; KINZO, Maria das. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (Eds.). *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FIGUEIREDO, Eurico. *Angústia ecológica e o futuro*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014.
- GIDDENS, Anthonny. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira. *Ecopolitics in the Third World: an institutional analysis of environmental management in Brazil*. Connecticut: University of Connecticut, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 87-101, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INGLEHART, Ronald. Post-Materialism in an Environment of Insecurity. *American Political Science Review*, n. 75, p. 880-900, Dec. 1981.

- LAFER, Celso. Discurso do chanceler brasileiro, Celso Lafer, na sessão de debate geral da UNCED. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *A inserção internacional do Brasil: a gestão do ministro Celso Lafer no Itamaraty*. Brasília. Ministério das Relações Exteriores, 1993.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- _____. *Políticas da natureza*. Bauru: Editora da Universidade do sagrado Coração, 1999.
- LUSTOSA, Maria Cecília. J. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. da. *Economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 155-172.
- MAIA, Eduardo Lopes Cabral. *Os evangélicos e a política*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.
- MAINWARING, Scott. P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FVG, 2001.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 5-34, out. 1995.
- _____. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 115-127, 2013.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos conservadores no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MOISES, José Alvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. *Dados*, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008.
- OPPO, Anna. Partidos políticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 898-905.
- PÁDUA, José Augusto. *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

- PEREIRA, Frederico Batista. A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, n. 13, p. 213-244, 2014.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: RIBEIRO, G. L. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 130-170.
- REIS, Fábio Wanderley. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. *Novos estudos – CEBRAP*, n. 87, p. 61-75, 2010.
- RODRIGUES, Malena Rehbein; BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. Palanques virtuais: o uso de websites pelos partidos políticos brasileiros. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Águas de Lindóia. *Anais... Águas de Lindóia*: Anpocs, 2014.
- SANTOS, Boaventura S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- URBINATI, Nadia. Crise e metamorfoses da democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 5-16, 2013a.
- _____. Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiente. *Lua Nova*, São Paulo, n. 89, p. 85-105, 2013b.
- VEIGA, Luciana F. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007.
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 3, 1987.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

Bibliografia complementar

- BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; RODRIGUES, Malena Rodrigues. Palanques virtuais: o uso de websites pelos partidos políticos brasileiros. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, [s.l.]. *Anais... [S.l.]*: Anpocs, 2014.

- BRAGA, Sérgio Soares; FRANÇA, Andressa Silvério Terra; NICOLÁS, María Alejandra. Os partidos políticos brasileiros e a internet: uma avaliação dos websites dos partidos políticos do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, p. 183-208, 2009.
- LASH, Scott. *Crítica de la Informacion*. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu Editores, 2005.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993.

Programas de governo citados

- AÉCIO NEVES. *Plano de governo: PSDB*. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/gdvRLt>>. Acesso em: 21 ago. 2014.
- DILMA ROUSSEFF. *Diretrizes de programa de governo*. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/YgWUU4>>. Acesso em: 21 ago. 2014.
- LEVY FIDELIX. *Projetos para o desenvolvimento de nosso país*. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/kHUrR8>>. Acesso em: 24 ago. 14.
- LUCIANA GENRO. *Diretrizes para o programa de governo do PSOL*. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<http://lucianagenro.com.br/programa/>>. Acesso em: 21 ago. 2014.
- MARINA SILVA. *Nossas diretrizes*. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<http://marinasilva.org.br/diretrizes/eixo-02/>>. Acesso em: 22 ago. 2014.
- PSDC – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO. *Diretrizes gerais de governo Eymael*. São Paulo: PSDC, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/qnnWzQ>>. Acesso em: 21 ago. 2014.
- _____. *Eleições 2014: Pastor Everaldo para Presidente da República*. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/WfTyPQ>>. Acesso em: 23 ago. 2014.
- VIVER BEM, VIVER VERDE. *Programa de Governo Eduardo Jorge*. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/c6EPUm>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

Resumo

O artigo examina como os candidatos à Presidência da República, em 2014, tratam a governança ambiental em seus planos de governo. A metodologia consistiu na análise de conteúdo dos respectivos programas. O levantamento foi realizado no período de agosto a setembro de 2014, durante a campanha eleitoral. Dos onze presidenciáveis, nove incluem o assunto no texto. São identificados três perfis de governança ambiental. O primeiro prioriza crescimento econômico conciliado com a sustentabilidade. O segundo coloca a preservação da biodiversidade como a base da economia verde. O terceiro apresenta críticas à exploração capitalista predatória da natureza. Dois planos se destacam pela amplitude das diretrizes de governança e detalhamento de propostas setorializadas: o de Marina Silva e o de Aécio Neves. Os demais tratam o assunto de modo menos consistente, motivados pela relevância das pautas verdes na atualidade e pela concorrência partidária.

Palavras-chave: política ambiental; governança ambiental; eleições e meio ambiente; presidenciáveis e governança ambiental; partidos políticos e governança ambiental.

Abstract

The article examines how the eleven candidates for president 2014 elections to treat environmental governance in their government plans. The methodology consisted of a content analysis of their programs. The survey was conducted in the period August-September 2014, during the election campaign. Nine of the eleven presidential candidates include it in the text. Three profiles of environmental governance are identified. The first is focused on economic growth reconciled with sustainability. The second puts the preservation of biodiversity as the basis for the green economy. The third is to present criticism of predatory capitalist exploitation of nature. Two government plans stand in relation to the scale of governance guidelines and detailing sectorized proposed: the Marina Silva and Aécio Neves. Others treat it less consistently, certainly motivated by the relevance of green agendas today and the party competition.

Keywords: environmental policy; environmental governance; elections and the environment; presidential and environmental governance; political parties and environmental governance.

Recebido em 8 de novembro de 2016.

Aprovado em 12 de fevereiro de 2017.